

**GESTÃO EDITORIAL
EM PERIÓDICOS
CIENTÍFICOS:
PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS**

Lucas Almeida Dias



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

DIAS, Lucas Almeida. Gestão Editorial em Periódicos Científicos: Princípios e Procedimentos. 1a edição: Gradus Editora. Bauru, São Paulo. 2024.

ISBN: 978-65-81033-xx-x CDD 360.00 DOI

A Gradus Editora adota a licença da Creative Commons CC BY: Atribuição-Não Comercial-Sem Derivados - CC BY-NC-ND: Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.



Direitos reservados à

Rua Luiz Gama, 237, 17054-300 - Vila
Independência - Bauru/SP

Contato (14) 98216-6549 / (14) 3245-7675
graduseditora@gmail.com.br

www.graduseditora.com Publicado no Brasil



GRADUS
EDITORA

FICHA TÉCNICA

Editor-chefe — Lucas Almeida Dias

Capa — Natália Huang Azevedo Hypólito

Diagramação e Projeto gráfico — Natália Huang Azevedo Hypólito

Revisão — Lucas Almeida Dias

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Douglas M. A. de A. P. dos Santos

Profa. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi

Profa. Dra. Manuela Costa Melo

Profa. Dra. Ana Beatriz D. Vieira

Dr. Yan Corrêa Rodrigues

Prof. Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa

Prof. Dr. Leandro A. dos Santos

Profa. Dra. Daniela Marques Saccaro

Profa. Dra. Gladys del C. M. Morales

Profa. Dra. Cintya de Oliveira Souza

Profa. Dra. Andreia de B. Machado

Prof. Dr. Carlos Gomes de Castro

Profa. Dra. Janaína Muniz Picolo

Prof. Dr. Thiago Henrique Omena

Prof. Dr. Fábio Roger Vasconcelos

Prof. Dr. Gustavo Schmitt

Prof. Dra. Renata Cristina L. Andrade

Profa. Dra. Márcia Lopes Reis

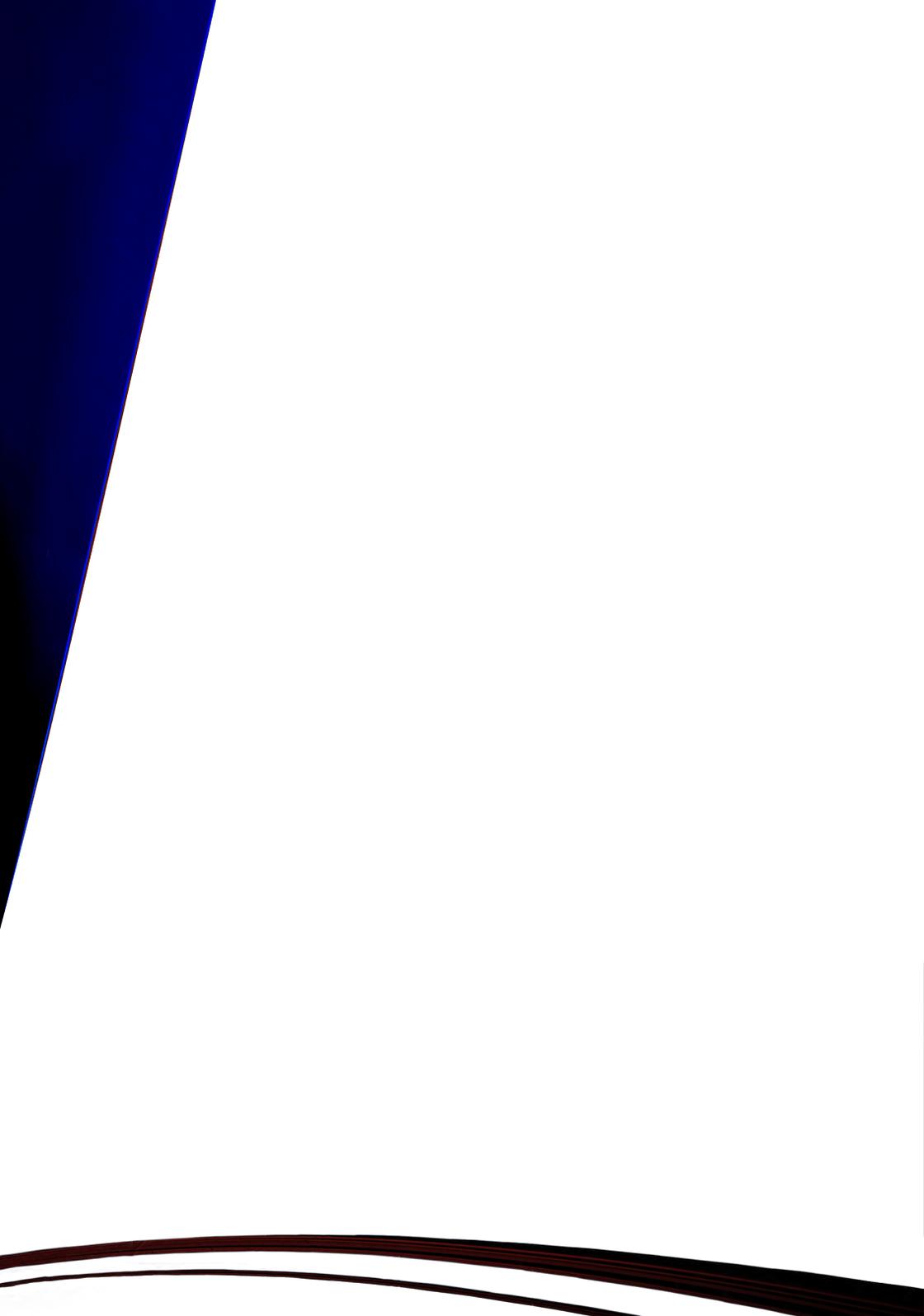
GESTÃO EDITORIAL EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS

Lucas Almeida Dias

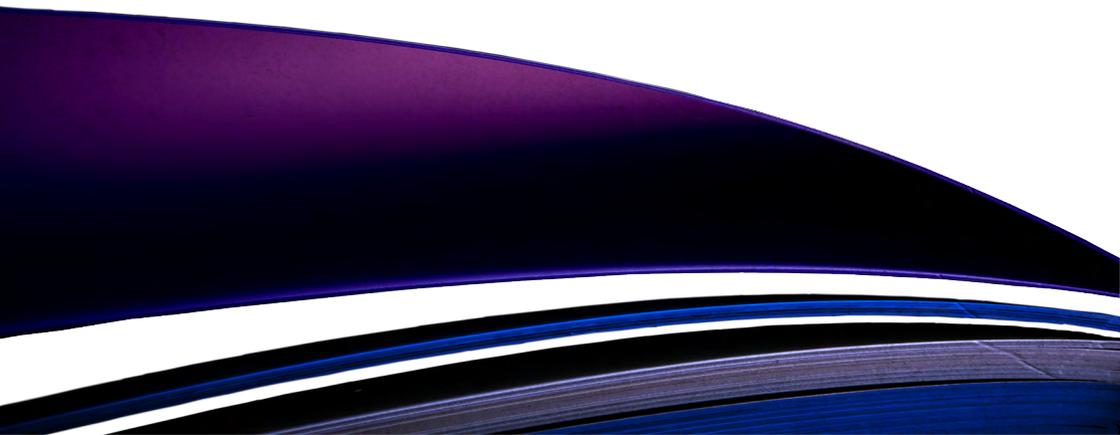
SUMÁRIO

BOAS PRÁTICAS NA EDITORAÇÃO CIENTÍFICA: DIRETRIZES E NORMATIVAS

PREFÁCIO _____	9
PROCESSO EDITORIAL _____	13
FUNÇÕES E PESSOAL _____	23
REQUISITOS BÁSICOS PARA PERIÓDICOS CIENTÍFICOS _____	27
INDEXADORES _____	39
INSTÂNCIAS ORGANIZACIONAIS IMPORTANTES _____	43
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA BOAS PRÁTICAS DE PUBLICAÇÃO _____	45
COMO QUALIFICAR UM PERIÓDICO? _____	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	53
REFERÊNCIAS _____	57



**BOAS PRÁTICAS NA
EDITORAÇÃO CIENTÍFICA:
DIRETRIZES E NORMATIVAS**





PREFÁCIO

A produção científica brasileira tem se destacado no cenário internacional, com contribuições valiosas para diversas áreas do conhecimento. No entanto, para garantir a confiabilidade e a integridade da pesquisa científica, a publicação em periódicos acadêmicos requer o cumprimento rigoroso de princípios éticos e metodológicos. Essas diretrizes são fundamentais para assegurar a qualidade da produção científica e sua disseminação de forma responsável e transparente.

No Brasil, a avaliação de periódicos acadêmicos é realizada por meio do **Qualis**, um sistema de classificação utilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que categoriza as publicações de acordo com seu impacto e qualidade. Essa classificação, que varia de A1 a C, permite que a comunidade acadêmica compreenda a relevância de cada periódico dentro de sua área de atuação. A avaliação do Qualis, que passou a ser mais detalhada a partir do quadriênio 2012-2016, classifica os periódicos conforme critérios específicos de cada área do conhecimento, assegurando que a produção científica se alinhe com as melhores práticas internacionais de publicação.

A regulamentação das boas práticas em periódicos acadêmicos no Brasil foi recentemente reforçada pela **Portaria 145**, de 10 de dezembro de 2021. Este regulamento estabelece diretrizes claras para garantir a integridade e o rigor das publicações científicas, reintroduzindo critérios que envolvem a diversidade geográfica e institucional dos autores, membros dos comitês editoriais e pareceristas, de modo a evitar práticas

que possam comprometer a imparcialidade e a qualidade da avaliação científica.

A indexação dos periódicos em bases de dados internacionais também desempenha papel essencial na disseminação do conhecimento científico, permitindo que a pesquisa realizada no Brasil alcance uma audiência global. As plataformas digitais, que facilitaram a democratização do acesso à informação científica, são agora essenciais para a publicação, o compartilhamento e a avaliação das produções acadêmicas. As vantagens das publicações digitais são inegáveis, principalmente no que diz respeito à **rapidez na disseminação de novos estudos** e à **acessibilidade** de conteúdos científicos.

Neste contexto, o conceito de **boas práticas editoriais** assume uma importância crescente. A qualidade das publicações científicas depende não apenas da adesão a padrões éticos, mas também da promoção de práticas de **abertura e transparência**, como as defendidas pelo movimento da **Ciência Aberta** (Open Science). A Ciência Aberta, que preconiza o acesso livre a dados, metodologias e publicações, fortalece a reprodutibilidade das pesquisas e amplia as possibilidades de colaboração entre cientistas ao redor do mundo. Ela também favorece uma maior transparência em relação ao financiamento de pesquisas, o que é essencial para garantir a imparcialidade na divulgação dos resultados.

O rigor na publicação de artigos acadêmicos assegura que as conclusões sejam válidas, confiáveis e baseadas em métodos científicos rigorosos. Isso é fundamental não apenas para a credibilidade da pesquisa, mas também para o impacto social da ciência. A qualidade do conhecimento produzido se reflete diretamente em sua aplicabilidade, seja na criação de novas

tecnologias, no desenvolvimento de políticas públicas ou na melhoria da qualidade de vida das populações.

Além do rigor metodológico, as boas práticas editoriais também envolvem a constante atualização dos processos de avaliação, revisão e publicação. As normas e práticas que regem os periódicos científicos precisam ser constantemente revisadas e adaptadas para atender às exigências dos novos tempos, garantindo que a ciência continue sendo uma ferramenta de progresso para a sociedade. O fortalecimento das capacidades editoriais, a adoção de critérios éticos consistentes e a promoção do acesso aberto são aspectos essenciais para o avanço da ciência de maneira inclusiva e responsável.

Neste manual, buscamos oferecer uma orientação clara e detalhada sobre como aplicar as boas práticas editoriais no gerenciamento de periódicos científicos. Este guia destina-se a editores, revisores e pesquisadores, servindo como um suporte para a melhoria contínua da qualidade das publicações científicas no Brasil. Ao seguir estas orientações, acreditamos que é possível não apenas melhorar o impacto dos periódicos, mas também fortalecer a confiança pública na ciência e garantir que o conhecimento gerado seja acessível, transparente e relevante para o avanço da sociedade como um todo.

O caminho para uma ciência de qualidade passa pela adoção de práticas editoriais sólidas e éticas, alinhadas aos padrões internacionais, o que representa uma garantia de que a produção científica brasileira contribuirá de maneira significativa para a construção de um futuro mais justo e sustentável para todos.



PROCESSO EDITORIAL

O processo editorial é conduzido de maneira estruturada e rigorosa pelo corpo editorial da revista, composto por editores e revisores, com o objetivo primordial de garantir a qualidade do material publicado e fomentar um diálogo enriquecedor entre os pares. Esse processo abrange uma série de procedimentos essenciais, que são implementados para assegurar a aderência aos princípios de boas práticas de editoração, que incluem, mas não se limitam a:

- a. **Transparência:** A clareza e a abertura nas decisões editoriais, desde a recepção dos artigos até a sua publicação final, são fundamentais para garantir a confiança dos autores e leitores na integridade do processo.
- b. **Agilidade:** A eficiência e celeridade nas etapas de submissão, revisão, e publicação são essenciais para que o ciclo editorial ocorra de maneira fluida e os resultados da pesquisa sejam disponibilizados de forma oportuna.
- c. **Acesso Aberto:** A promoção do acesso irrestrito aos conteúdos publicados, permitindo que qualquer pessoa tenha a possibilidade de acessar, ler e disseminar os artigos, fomenta o livre compartilhamento de conhecimento e a democratização da ciência.
- d. **Originalidade:** A garantia de que os trabalhos submetidos são originais, não plagiados e apresentam contribuições novas ao campo científico, assegurando a inovação e o avanço do conhecimento.
- e. **Ética de Publicação:** O compromisso com a honestidade acadêmica e a conformidade com as normas éticas, que incluem a honestidade na pesquisa, o respeito à autoria

e a veracidade dos dados, é imperativo para manter a credibilidade da revista.

f. Política de Conflito de Interesse: A implementação de mecanismos claros para identificar e gerenciar potenciais conflitos de interesse entre autores, revisores e editores, garantindo a imparcialidade e a integridade do processo editorial.

g. Diversidade Institucional e Geográfica dos Autores e Editores: A promoção de uma rede editorial que inclua contribuições diversas, considerando a pluralidade geográfica e institucional, a fim de refletir uma ampla gama de perspectivas e enriquecer o debate científico global.

A adesão a esses princípios permeia todas as etapas do processo editorial, sendo uma responsabilidade coletiva de toda a equipe envolvida, e não exclusivamente do editor-chefe. Cada membro do corpo editorial tem a obrigação de garantir que tais princípios sejam observados, reforçando a integridade e a excelência editorial em cada fase do processo.

Esse processo editorial é composto por uma série de etapas bem definidas, que seguem uma sequência lógica e rigorosa para garantir a qualidade da produção científica publicada, conforme detalhado a seguir:



1.1. RECEPÇÃO DOS ARTIGOS

Esta é a primeira etapa do processo editorial, na qual ocorre a identificação precisa da área temática do artigo a ser submetido, bem como a avaliação da aderência do conteúdo ao foco e escopo definidos pela revista. Neste estágio, é fundamental assegurar que o artigo se alinha aos objetivos editoriais da publicação, garantindo que o tema abordado esteja dentro dos parâmetros estabelecidos pela linha editorial da revista. A verificação criteriosa dessa conformidade é essencial para a manutenção da coerência temática e da qualidade científica do periódico, assegurando que os trabalhos submetidos estejam em sintonia com a missão da publicação.

1.2. ESCOLHA DO EDITOR RESPONSÁVEL

Quando uma revista conta com editores associados, é crucial que esses profissionais assumam a responsabilidade pela gestão do manuscrito desde sua submissão, iniciando pelo exame detalhado do artigo em relação à sua área temática e à verificação da sua aderência ao escopo e aos objetivos da publicação. Segundo Costa e Ferreira (2016), o papel dos editores associados vai além da revisão técnica do conteúdo, pois eles são fundamentais na triagem inicial, determinando se o manuscrito se alinha às diretrizes e ao foco editorial da revista. Essa análise é essencial, pois assegura que a revista mantenha sua coerência temática e qualidade científica, o que é corroborado por Lima e Silva (2018), que destacam a importância dessa etapa para garantir que apenas artigos compatíveis com o escopo sejam avaliados, evitando assim a dispersão temática e a perda de identidade editorial.

A responsabilidade dos editores associados também inclui a avaliação preliminar do artigo quanto à relevância para a área de estudo, assegurando que o conteúdo a ser publicado se alinhe às exigências da revista e contribua para o avanço científico da área (Pereira & Souza, 2017). Isso facilita a definição clara do processo de revisão e estabelece as bases para a avaliação criteriosa do conteúdo, de modo a garantir a qualidade e a credibilidade da publicação científica.

1.3. REVISÃO DE ADMISSÃO

A etapa de avaliação inicial do artigo, realizada pelo editor-chefe ou editor associado, constitui um momento fundamental no processo editorial, pois é neste estágio que se realiza a triagem inicial dos manuscritos submetidos. Durante essa avaliação, são considerados três aspectos cruciais: (a) a pertinência do artigo à linha editorial da revista, (b) a originalidade do manuscrito e (c) o seu potencial para ser publicado, levando em consideração a relevância, a qualidade da pesquisa e a clareza na redação.

A verificação da **pertinência à linha editorial** é essencial para garantir que o artigo se encaixe nas áreas temáticas específicas da revista, conforme estabelecido em sua política editorial. De acordo com Almeida et al. (2019), a definição clara da linha editorial contribui para a coesão do periódico e para a sua relevância no cenário acadêmico. O editor, portanto, deve avaliar se o conteúdo do manuscrito está em consonância com o escopo da publicação, de modo a assegurar a integridade temática da revista.

A análise da **originalidade** do manuscrito é outro critério fundamental. O artigo deve apresentar contribuições inéditas

ou abordagens inovadoras sobre o tema proposto, evitando a duplicidade de pesquisas previamente publicadas. Segundo Martins e Silva (2017), a originalidade é um dos pilares da credibilidade científica, sendo um fator decisivo para a aceitação do manuscrito na maioria dos periódicos de qualidade. Portanto, a detecção de plágio ou de dados redundantes é uma responsabilidade primária dos editores na avaliação inicial.

Por fim, o **potencial de publicação** do artigo envolve uma análise crítica da qualidade da pesquisa e da redação. O editor deve avaliar se a metodologia empregada no estudo é rigorosa e adequada, se os resultados são consistentes e bem fundamentados, e se a redação do manuscrito é clara e compreensível. A qualidade científica e a clareza na comunicação são critérios determinantes para a decisão editorial, pois garantem que o artigo possa ser compreendido e tenha impacto no campo de estudo. O editor, portanto, deve ser capaz de identificar artigos com alto potencial para contribuir de forma significativa para a literatura científica.

1.4. AVALIAÇÃO POR PARES

A **etapa de revisão por pares** é uma fase crítica no processo editorial, em que o **editor** encaminha o manuscrito submetido para **revisores ad hoc**, especialistas na área temática do artigo. Esses revisores são responsáveis por realizar uma análise rigorosa do trabalho, oferecendo **comentários detalhados**, solicitando esclarecimentos e propondo **alterações** com o objetivo de aprimorar a qualidade do manuscrito antes da sua publicação. A revisão por pares é um mecanismo fundamental para garantir a **credibilidade** e a **qualidade científica** do material publicado.

A revisão por pares pode ser realizada por meio de diferentes modalidades, cada uma com suas particularidades e benefícios:

1. **Revisão Duplo Cega (Double Blind):** Nesse modelo, tanto os **autores** quanto os **revisores** permanecem anônimos. A revisão duplo-cega é amplamente adotada por sua capacidade de mitigar **preconceitos** e **conflitos de interesse**. A literatura destaca que esse modelo garante maior imparcialidade na avaliação, focando exclusivamente na qualidade do trabalho submetido. A confidencialidade mútua ajuda a reduzir vieses, tornando o processo de avaliação mais equitativo.
2. **Revisão às Cegas (Single Blind):** Neste modelo, os **revisores** conhecem a identidade dos **autores**, mas os autores não têm acesso aos dados dos revisores. Embora amplamente utilizado, esse modelo pode, em alguns casos, permitir que a autoridade ou reputação do autor influencie a avaliação, o que pode comprometer a imparcialidade da revisão. A transparência limitada é vista como uma vantagem, pois permite que os revisores apliquem sua expertise sem o risco de influências externas.
3. **Revisão Aberta (Open Review):** Nesse modelo, tanto a identidade dos **autores** quanto a dos **revisores** são reveladas. A revisão aberta promove uma comunicação mais transparente e colaborativa, o que pode resultar em um processo de revisão mais produtivo e construtivo. Este modelo tem ganhado adesão em várias revistas acadêmicas, pois favorece a **responsabilidade** e a **prestação de contas** por parte dos envolvidos.

A escolha da modalidade de revisão depende das diretrizes editoriais de cada periódico. Contudo, é consenso que a revisão por pares, independentemente do formato, desempenha um

papel essencial na **qualificação** e **validação** das pesquisas científicas, sendo um dos principais mecanismos para assegurar a excelência editorial.

1.5. DECISÃO EDITORIAL

A avaliação final do artigo é uma etapa crucial no processo editorial, pois exerce um papel determinante no controle de qualidade das avaliações realizadas ao longo do processo de revisão. De acordo com as diretrizes estabelecidas, essa avaliação é conduzida pelo editor-chefe ou editor associado, após o recebimento da versão revisada do manuscrito, a qual deve incorporar as sugestões feitas pelos pareceristas ad hoc. Neste estágio, é fundamental que o editor realize uma análise criteriosa para garantir que as correções solicitadas pelos revisores tenham sido devidamente implementadas ou, na ausência de implementação, que existam justificativas substanciais que expliquem a não adoção das modificações propostas.

O editor deve verificar se as alterações sugeridas pelos revisores contribuem para o aprimoramento da qualidade científica do artigo, especialmente em relação à clareza na exposição das ideias, robustez metodológica, e pertinência das conclusões. Essa análise requer uma interpretação crítica do conteúdo revisado, uma vez que é necessário avaliar a adequação e a consistência das mudanças efetuadas pelos autores, assegurando que o manuscrito cumpra com os padrões éticos e científicos estabelecidos pelo periódico (Almeida, 2018).

Além disso, a decisão final sobre a aceitação ou rejeição do manuscrito deve considerar não apenas o cumprimento das exigências feitas pelos revisores, mas também a relevância e

qualidade do trabalho em termos de contribuição científica, originalidade e adequação ao escopo da revista. O papel do editor é fundamental nesse processo, pois ele deve equilibrar as recomendações dos revisores com uma avaliação holística do manuscrito, levando em consideração o impacto potencial da publicação no campo de estudo. Em casos de não concordância com as sugestões de alteração ou de não cumprimento das correções, é imperativo que os autores apresentem justificativas claras e racionalizadas, a fim de garantir que o processo de avaliação seja transparente e rigoroso.

Portanto, o editor desempenha um papel decisivo na manutenção da qualidade editorial e na integridade científica do periódico, sendo responsável por garantir que apenas os artigos que atendem aos padrões exigidos sejam publicados, de modo a preservar a credibilidade da revista e contribuir para o avanço do conhecimento científico.

1.6. PUBLICAÇÃO

A publicação consiste na disponibilização definitiva dos artigos que passaram pelas principais etapas do fluxo editorial: aceite de submissão, avaliação, decisão editorial e, finalmente, diagramação final. É recomendável que o periódico disponibilize um modelo (template) para que seja facilitada a diagramação. Para isso, é importante que o editor conte com um apoio especializado, tendo em vista a qualidade do produto final.

A revista precisa descrever, em seu site, qual o tipo de periodicidade de publicação e, igualmente importante, se os artigos aceitos irão compor um único número por ano, sendo as publicações dos artigos em fluxo contínuo, ou se serão

organizados por números ou volumes. Também é interessante para a revista disponibilizar artigos de edições futuras (in press ou online first), mesmo que somente com as informações básicas dos artigos.

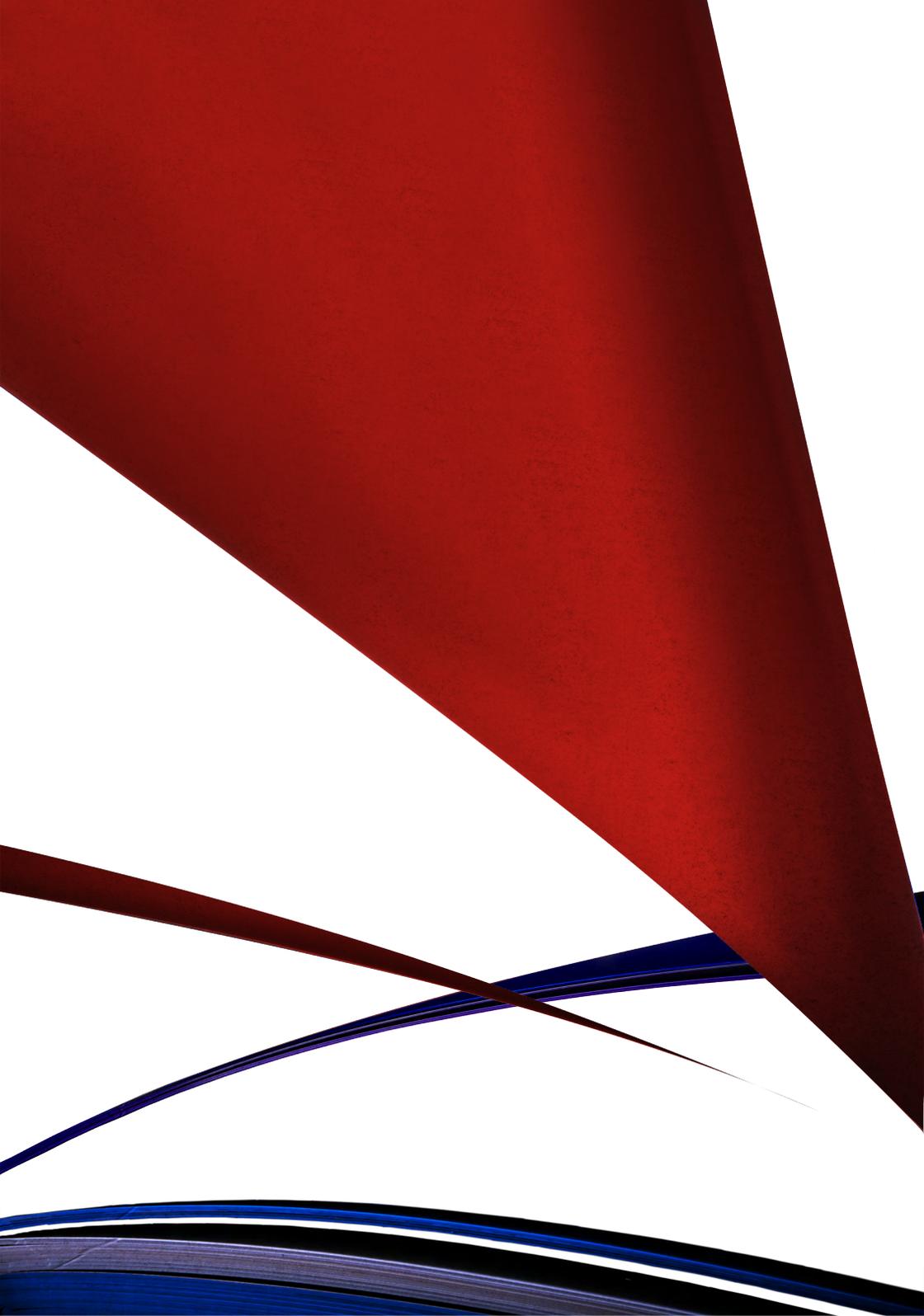
Na busca por atender aos critérios de transparência, é necessário descrever todo o fluxo editorial com as datas correspondentes à submissão, à avaliação, ao aceite e à publicação em cada artigo.

1.7. LEITURA DE PROVAS

Essa etapa é uma das mais curtas do processo. Trata-se de uma revisão antes da publicação do artigo. Essa revisão é realizada pelo autor, procurando identificar se há alguma correção a ser feita após a editoração no artigo. Geralmente, o prazo para finalização dessa etapa varia entre 24h e 48 horas.

1.8. EMISSÃO DO DOI

Os DOIs (Digital Object Identifier) são emitidos por meio do sistema de editoração da revista apenas após a publicação dos artigos. Para mais detalhes sobre como emitir os DOIs, ver manual do OJS na parte pertinente à publicação, Public Knowledge Project (PKP, 2006). Os DOIs precisam ser disponibilizados no site da revista e associados aos respectivos artigos publicados. Além disso, é recomendável que eles estejam disponíveis também no rodapé ou cabeçalho do artigo publicado.



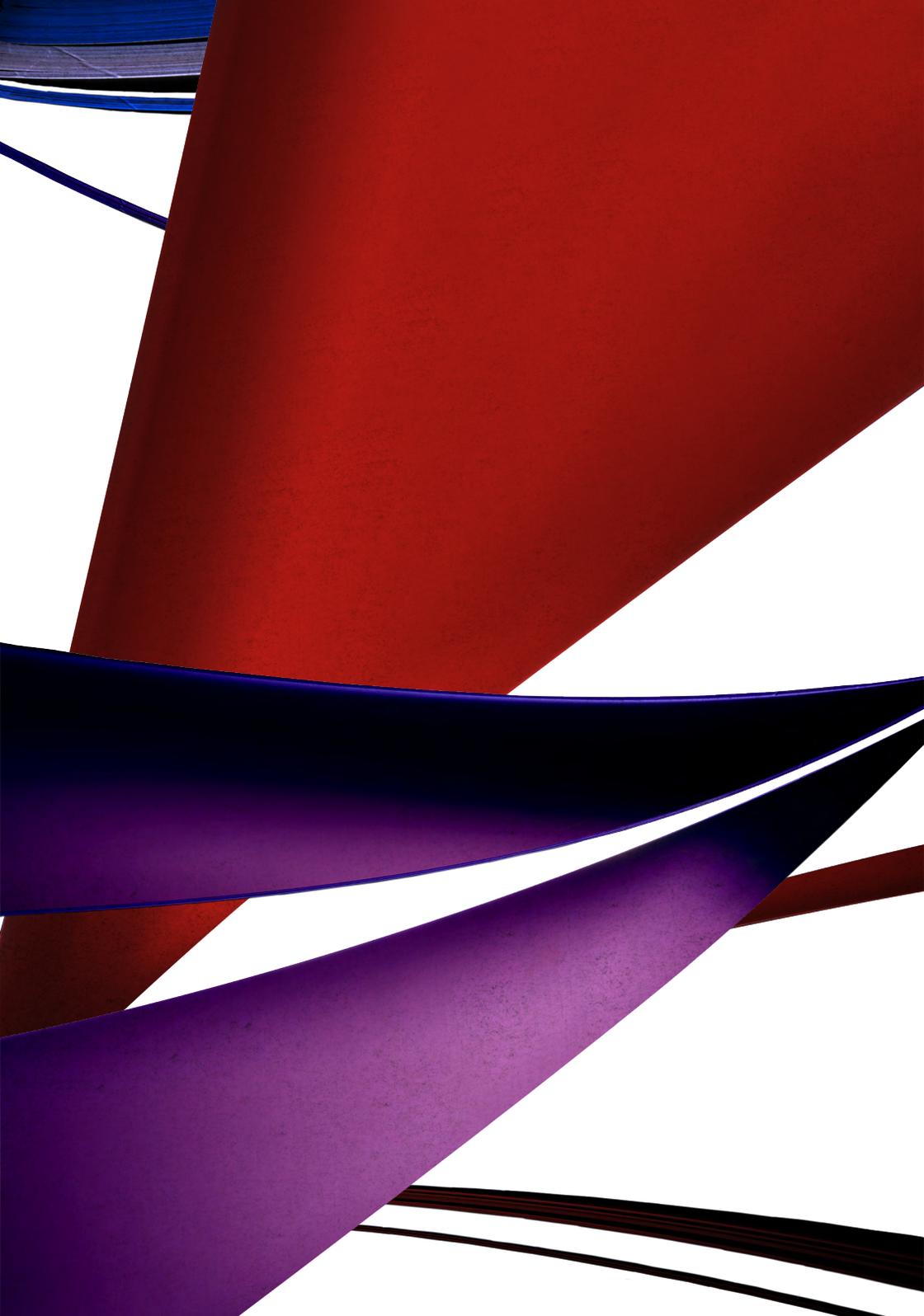
FUNÇÕES E PESSOAL

Diante dos procedimentos sistemáticos no processo editorial, é imperativo que as funções e papéis principais sejam claramente articulados:

- a) Autor – indivíduo que atua, sozinho ou em equipe, em uma ou mais fases da elaboração de um manuscrito. Segundo FAPESP (2014, p. 23), os autores de um manuscrito são aqueles que deram “contribuições intelectuais diretas e substanciais para a concepção ou realização da pesquisa cujos resultados são nele apresentados”. É importante que a revista disponibilize informações e tutoriais para dar suporte aos autores no cadastro e submissão de seus artigos. Nesse sentido, um template é essencial para melhor atender as diretrizes e normas da revista, além de facilitar o processo de diagramação.
- b) Editor-Chefe – Em consonância com a resolução 22/2017 CONSEPE/UERN, o editor-chefe é o responsável por todo o processo editorial, pela garantia da periodicidade e editoração e pela publicação do periódico. Ainda, segundo a mesma resolução, no seu artigo nº 10, são competências do editor-chefe:
 - I. Gerir e responder pelo bom andamento de seu periódico junto ao Setor de Periódicos e por sua manutenção junto ao Portal de Periódicos;
 - II. Gerir o layout, os acessos, as permissões de uso e a verificação das estatísticas da página de seu periódico hospedado no Portal.
 - III. Responsabilizar-se pelo gerenciamento do conteúdo dos seus periódicos, incluindo a inserção, editoração e demais atividades necessárias ao lançamento das revistas periodicamente.
 - IV. Manter o Setor de Periódicos e Editoração informado sobre mudanças que possam vir a ser realizadas nos seus periódicos.

V. Tomar as providências necessárias para atribuição de DOI (Digital Object Identifier) aos artigos publicados na(s) revista(s) sob sua responsabilidade, através da Associação Brasileira de Editores Científicos e informar a Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação os custos relativos a esta operação, devidamente comprovados.

- c) Comitê editorial – auxiliam o editor-chefe no processo editorial, dividindo as tarefas relativas ao fluxo. É recomendado que editores associados atendam à diversidade geográfica e de instituições, como também que sejam especializados acerca dos tópicos abrangidos pelo escopo da revista.
- d) Revisor ou Parecerista – especialista no conteúdo e/ou metodologia utilizados no artigo, ele é o responsável pelo processo de avaliação do manuscrito. É altamente recomendado que a revista ponha a sua disposição documentos e formulários para auxiliar na avaliação, como também tutoriais de cadastro, avaliação e emissão de pareceres.
- e) Leitor – diz respeito às pessoas que fazem parte do campo científico ao qual o periódico é dedicado, além da comunidade em geral, tais como planejadores, empresas e demais interessados nas pesquisas publicadas. Cada vez mais, observa-se a tendência de divulgação dos periódicos nas redes sociais como Instagram e Facebook tem sido buscada na tentativa de popularizar o perfil da revista. Assim, recomenda-se que, conforme a equipe editorial julgue pertinente, sejam desenvolvidos perfis nas redes sociais para atender às necessidades de visibilidade de cada revista.





REQUISITOS BÁSICOS PARA PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

O Número Internacional Padronizado para Publicações Seriadas, amplamente conhecido pela sigla ISSN (do inglês *International Standard Serial Number*), é um identificador único e de caráter internacional atribuído a publicações periódicas, incluindo revistas científicas, jornais, anuários e outras publicações seriadas. Essa codificação foi desenvolvida com o objetivo de garantir uma forma padronizada e eficiente de identificar, registrar e catalogar publicações que são emitidas de forma contínua ou periódica, facilitando a sua busca e acesso em bases de dados, bibliotecas e repositórios acadêmicos.

Cada periódico científico, ao ser publicado, recebe um número ISSN exclusivo, que não apenas serve para sua identificação, mas também possibilita o gerenciamento eficaz de sua distribuição e indexação em bases de dados nacionais e internacionais. O número ISSN é composto por oito dígitos, geralmente representados por dois grupos de quatro números, separados por um hífen. Esse sistema de numeração torna possível a organização das publicações em uma rede global de conteúdos acadêmicos e científicos, promovendo sua integridade e rastreabilidade.

A atribuição do ISSN é uma responsabilidade do **Setor de Periódicos**, órgão vinculado a instituições de normalização e bibliotecas nacionais, como a **Biblioteca Nacional** no Brasil. O processo de solicitação do ISSN envolve a análise e o cadastro das publicações periódicas, garantindo que essas atendam aos requisitos técnicos e editoriais necessários. O procedimento de emissão do ISSN exige que o periódico esteja em conformidade com uma série de normas estabelecidas, incluindo a regularidade

da publicação e a clara definição de seu escopo editorial, além de informações sobre a frequência de publicação, os editores responsáveis e a responsabilidade institucional pela revista.

É importante ressaltar que o **ISSN** não é um identificador permanente da autoria dos artigos, mas sim do **periódico** em si, sendo, portanto, distinto do **DOI** (Digital Object Identifier), que é atribuído a cada artigo individualmente para garantir a sua rastreabilidade e citação precisa. Contudo, o ISSN é de extrema importância, pois viabiliza o **processo de indexação** e a **categorização** dos periódicos científicos em repositórios e plataformas de acesso aberto, como **Scopus**, **Web of Science**, entre outros. Sua presença, além de ser um requisito técnico fundamental para a organização editorial, também contribui para a **visibilidade** e **credibilidade** do periódico no cenário acadêmico.

Em suma, o ISSN é um elemento chave no ecossistema editorial científico, e sua atribuição representa um dos primeiros passos para garantir a **conformidade técnica** e a **disseminação eficiente** do conteúdo acadêmico produzido, sendo essencial para que os periódicos sejam reconhecidos e indexados de maneira adequada em bases de dados nacionais e internacionais.

3.1 SITE DA REVISTA

A importância das revistas científicas digitais tem crescido consideravelmente nas últimas décadas, impulsionada pela transformação digital e pela crescente demanda por acesso rápido, amplo e democrático à produção científica. As revistas digitais desempenham um papel crucial no cenário acadêmico, proporcionando visibilidade global, acesso imediato a artigos

e uma maior disseminação do conhecimento. O avanço da tecnologia e o uso da internet facilitaram a publicação, a distribuição e a consulta de artigos científicos, tornando o processo mais ágil, acessível e interativo.

Uma das principais vantagens das revistas digitais é a rapidez na publicação. O formato digital permite que os artigos sejam disponibilizados online em tempo real, logo após sua aprovação, sem a necessidade de longos períodos de espera que caracterizam a impressão física. Além disso, as revistas digitais podem ser atualizadas com mais frequência, proporcionando aos leitores o acesso a conteúdos mais recentes e relevantes, em comparação com as edições impressas, que exigem ciclos de produção mais demorados. Esse fluxo de publicação contínuo é altamente valorizado pelos pesquisadores e pelos leitores, uma vez que garante que o conhecimento científico esteja sempre atualizado.

Outro ponto crucial é a acessibilidade. Enquanto as revistas impressas geralmente estão limitadas à distribuição geográfica ou dependem de assinaturas pagas, as revistas digitais são mais acessíveis, especialmente quando seguem políticas de acesso aberto (open access). Isso significa que qualquer pessoa com acesso à internet pode consultar artigos sem custos, o que amplia o alcance da pesquisa e promove a democratização do conhecimento científico. Em contraste, as revistas impressas enfrentam desafios em termos de distribuição e de custos de impressão, dificultando seu alcance, especialmente para pesquisadores e leitores de países ou regiões com menos recursos.

Além disso, as revistas digitais têm vantagens significativas no que diz respeito à indexação e à visibilidade nos principais motores de busca e bases de dados acadêmicas. Indexadores como Scopus, Web of Science, DOAJ e PubMed priorizam revistas digitais em seus critérios de indexação, uma vez que essas publicações

podem ser facilmente rastreadas, acessadas e citadas online. As revistas digitais também oferecem uma capacidade superior de integração com outras ferramentas tecnológicas, como plataformas de repositórios de dados e metadados, tornando o processo de indexação mais eficiente e preciso.

Por outro lado, as revistas impressas enfrentam uma série de limitações que as tornam menos atrativas para os principais indexadores internacionais. A principal delas é a dificuldade de acesso e disseminação. As revistas impressas dependem de assinaturas e de distribuição física, o que limita o seu alcance e torna o processo de atualização mais lento. Além disso, o processo de impressão e distribuição envolve custos elevados, o que muitas vezes impede a expansão das publicações para novos leitores ou pesquisadores em locais distantes ou menos favorecidos economicamente. Essa limitação geográfica e financeira contrasta diretamente com a natureza global e acessível das revistas digitais.

Os indexadores que priorizam revistas digitais também consideram a agilidade na publicação e a capacidade de atualização constante como critérios essenciais para garantir a relevância e a atualidade das publicações científicas. Além disso, as revistas digitais podem ser gerenciadas de maneira mais eficiente, com ferramentas de gestão editorial online, que facilitam todo o processo de submissão, revisão, edição e publicação. Isso permite uma maior eficiência operacional e assegura que os periódicos atendam aos padrões de qualidade exigidos pelos indexadores.

Ademais, as revistas digitais têm maior flexibilidade para explorar formatos multimodais e interativos, como recursos visuais, multimídia (vídeos, infográficos, animações), e links externos para fontes de dados complementares, tornando a

experiência do leitor mais rica e dinâmica. Essas possibilidades são limitadas nas versões impressas, que são restritas ao formato físico da revista.

Por fim, o uso de revistas digitais também está mais alinhado com as práticas contemporâneas de comunicação científica, que valorizam o acesso imediato e a disseminação rápida do conhecimento, facilitando a colaboração internacional e o impacto global. Em um mundo cada vez mais conectado, a publicação digital tornou-se essencial para garantir que a ciência seja acessível, atualizada e amplamente compartilhada.

Portanto, as revistas científicas digitais não apenas superam as limitações das publicações impressas em termos de acessibilidade e disseminação, mas também atendem aos padrões e exigências dos principais indexadores, garantindo uma maior visibilidade e impacto da pesquisa científica. Esse modelo digital está se consolidando como o futuro da publicação científica, promovendo uma maior **eficiência, acessibilidade e qualidade** no compartilhamento do conhecimento.

Atenção! Se a revista se propõe a publicar diferentes gêneros textuais, é preciso publicar pelo menos um desses gêneros em cada edição. É importante a criação de seções, explicando detalhadamente do que se trata e como produzir cada produto que a revista se propõe a publicar.

Avaliação – Etapa na qual se explica como se dá o processo de avaliação, que pode ser diferenciado para cada um dos tipos de publicações como, por exemplo, o double blind, ou duplo cego. Trata-se de procedimento no qual o artigo precisa ser avaliado anonimamente por, no mínimo, 2 avaliadores, sendo mantido o anonimato entre autores e revisores. Quanto ao processo de revisão blind, os revisores também são anônimos, mas os

autores são conhecidos pelos revisores. A revisão double blind é a mais recomendada pelos indexadores.

A esse respeito, Melo (2019, p. 01) descreve quais as vantagens e desvantagens de cada um desses processos de revisão no quadro abaixo:

Quadro 1: comparação entre modelos de revisão.

Revisão duplo cego: os revisores não conhecem a identidade dos autores e vice-versa	Prós: A pesquisa é julgada de maneira justa independentemente das autorias que fizeram o trabalho; O autor e o revisor se beneficiam de algum nível de proteção contra críticas.
	Contras: O anonimato não é garantido, pois pode ser bastante fácil descobrir a identidade da autoria; O revisor pode ser mais exigente com o trabalho por não ser identificado aos autores; O revisor pode fazer uma revisão menos acurada que o necessário, pois não estará vinculado àquela publicação.
Revisão cega: o autor não sabe quem são os revisores	Prós: O revisor anônimo pode ser honesto sobre a qualidade do trabalho sem receio a críticas ou retaliações do autor; Conhecer a identidade da autoria permite que o revisor identifique plágios ou clarifique dúvidas por consulta a publicações anteriores do autor ou grupo.
	Contras: A identificação da autoria pode alterar a análise da qualidade da obra, principalmente se for obra de: um autor importante da área, de um autor de nacionalidade não fluente em inglês (idioma predominante em publicações científicas), daquele revisor (neste caso falta ética), de um grupo ou autor rival daquele revisor (neste caso falta ética).

Revisão por pares aberta: a identidade dos autores e dos revisores são conhecidas por todos os participantes	Prós: A transparência incentiva a responsabilidade e a civilidade, geralmente melhorando a qualidade da revisão do artigo; Os revisores estão mais motivadas a fazer um trabalho completo, pois seus nomes e, às vezes, os comentários aparecem como parte do artigo publicado aceito.
	Contras Alguns revisores podem se recusar a revisar devido a preocupações de serem identificadas como fonte de um parecer negativo; Pesquisadores mais antigos ou renomados podem ter seus trabalhos revisados de forma mais condescendente que principiantes; Os revisores podem temer.

Fonte: (MELO, 2019, p.01)

Para ser publicado, o manuscrito precisa ser recomendado para publicação nas 2 avaliações, contudo, cabe ao editor associado ou editor-chefe responsável pela edição decidir se publica ou não o artigo. Além disso, o editor pode requerer mais uma avaliação, caso haja um parecer que recomende a rejeição do manuscrito. Mesmo que tenha sido recomendado o aceite, o editor precisa avaliar se o artigo está realmente apto, fazendo, portanto, o controle de qualidade final, podendo inclusive sugerir algumas correções pontuais ou diagramações específicas a serem feitas pelo autor do manuscrito, além daquelas sugeridas pelos pareceristas ad hoc.

Público-alvo - Trata-se do destinatário dos trabalhos publicados, ou seja, os potenciais leitores. É recomendado que essa informação seja definida no site da revista, ressaltando o público-alvo da revista - cientistas e estudantes -, mas também é fundamental frisar a importância de esse conhecimento científico ser acessível à sociedade em geral;

Periodicidade – O período de publicação das edições deve ser definido pela comissão editorial do periódico, conforme o planejamento realizado, o qual deve observar o fluxo de artigos submetidos ao periódico e o tamanho da equipe que, efetivamente, desempenha os processos do fluxo editorial. A periodicidade pode ser em fluxo contínuo, publicando vários artigos em um mesmo volume anual, ou por meio de edições. A título de exemplificação, o mais comum é publicar os números definindo uma periodicidade semestral. Nesse caso, é importante que sejam publicados pelo menos dois números por ano e que a publicação sempre ocorra sem atrasos;

Política de acesso aberto – O portal dos periódicos da UERN possui como prerrogativa a disseminação do conhecimento científico de forma livre, de modo que nenhum periódico deste portal pode cobrar por acesso aos conteúdos produzidos. Taxas de publicação para cobrir custos de diagramação, tradução e revisão podem ser discutidos e implementados, caso a comissão editorial assim entender;

Arquivamento – Aqui é importante ressaltar os casos em que o fluxo editorial exigirá rejeição e, conseqüente, arquivamento: a) o artigo estar fora do escopo e áreas de interesse do periódico; b) o autor deixar de cumprir os prazos estabelecidos pelos editores; c) a não incorporação, no manuscrito revisado, dos ajustes sugeridos pelos revisores ad hoc sem a necessária apresentação de justificativa;

Idiomas de publicação – A publicação de conteúdos em língua inglesa certamente tende a aumentar a capilaridade do periódico, contudo, é importante ressaltar que, para a maioria dos indexadores, isso não é um pré-requisito. De fato, caso não haja condições técnicas e pessoal para publicação contínua em língua inglesa ou hispânica, o periódico pode permanecer

publicando seus volumes em português, atentando para a qualidade do abstract e resumo, além das traduções de todas as informações prestadas no site. As traduções dos resumos e títulos dos artigos são, particularmente, importantes para a avaliação por parte dos indexadores. Segundo os indexadores mais exigentes, um dos motivos mais comuns pelo qual as revistas são rejeitadas na indexação diz respeito a má qualidade das traduções dos títulos, principalmente dos abstracts. Isso ocorre porque a avaliação de um manuscrito, ou resumo em língua estrangeira, exige o envolvimento de profissionais habilitados para o controle de qualidade. Assim, caso a revista não tenha recursos para custear essa função, é recomendável que a revista tome medidas específicas para garantia da qualidade das traduções. Uma boa opção é exigir do autor uma declaração de profissionais habilitados na área para traduzir ou conferir a qualidade dos títulos e resumos nos artigos aceitos para publicação;

Sobre encargos e taxas - Poderá haver cobranças dos autores para fins de custear a diagramação ou tradução por meio de serviços comprovados. Essas informações devem estar explicitamente colocadas no site do periódico. Recomenda-se não realizar cobrança de taxa de submissão.

Política de direitos autorais, ética e antiplágio - Declarar que a revista tem o compromisso quanto à qualidade e à conduta ética em todo o processo editorial. Para tanto, deve-se descrever as medidas adotadas para detectar plágios e autoplágios nos textos submetidos.

3.1.1. CONFLITOS DE INTERESSE

O conflito de interesse acontece quando há uma divergência entre os interesses privados de um indivíduo (interesses

concorrentes) e suas responsabilidades científicas e editoriais, de tal forma que um observador razoável pode se perguntar se o comportamento do indivíduo, ou o julgamento, foi motivado por considerações objetivas ou por interesses concorrentes. Segundo Rego e Palácios (2008), os conflitos mais comuns são aqueles relacionados aos interesses dos financiadores de pesquisas e do pesquisador. Somam-se, ainda, àqueles relacionados com prestígio acadêmico, poder institucional, reconhecimento entre os pares e pela sociedade.

Os tipos de interesses concorrentes apresentados aqui estão publicados no site da Revista DESAFIOS – Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, como exemplo:

1) Laços financeiros: Este conflito está presente quando um participante no processo de publicação recebeu ou espera receber dinheiro (ou outros benefícios financeiros, tais como patentes ou ações), ou presentes, ou serviços que podem influenciar o trabalho relacionado com uma publicação específica. Compromissos acadêmicos: Os participantes no processo de publicações podem ter crenças fortes (“paixão intelectual”) que as vinculam a uma determinada explicação, método ou ideia. Eles/elas podem, como resultado, ser tendencioso/a na realização de pesquisas que testa o compromisso ou na revisão de trabalhos de outros autores que são a favor ou em desacordo com suas crenças.

2) Relações pessoais: Relações pessoais com a família, amigos, inimigos, concorrentes ou colegas pode representar Conflito de Interesse. Por exemplo, um usuário pode ter dificuldade em fornecer uma análise imparcial de artigos de pesquisadores que foram colegas de trabalho.

3) Crenças políticas ou religiosas: Forte compromisso com uma visão política particular (por exemplo, posição política, agenda ou afiliação) ou ter uma forte convicção religiosa pode representar um Conflito de Interesse para uma determinada publicação, se essas questões políticas ou religiosas são afirmadas ou negadas na publicação.

4) Afiliações institucionais: O Conflito de Interesse existe quando um participante no processo de publicação está diretamente associado com uma instituição e que pode influenciar sua avaliação

em face de poder obter uma possível posição ou um interesse em uma publicação.

Os Conflitos de Interesses são onipresentes e não podem ser completamente eliminados do processo editorial e/ou autoral. No entanto, eles podem ser gerenciados de forma construtiva, para que exerçam a menor intrusão possível nos textos publicados nas revista, seja no tocante aos seus conteúdos, seja em relação à credibilidade.

A declaração de Conflito de Interesse deve ser exigida pelo periódico; nela, os autores devem declarar quais são os conflitos de interesse relacionados à pesquisa ou apontar que não há conflitos de interesse.

3.1.2. NORMAS PARA SUBMISSÃO

Deve-se abordar toda e qualquer informação relevante sobre a estrutura, forma e normas a serem seguidas no artigo. Não basta apenas citar alguma norma de formatação que será adotada pelo periódico. É preciso descrevê-las conforme a seguir:

- a) a estrutura com os tópicos obrigatórios;
- b) números máximo e mínimo de páginas;
- c) informações dos autores (nome completo, filiação, titulação, orcid e e-mail para contato);
- d) normas para tipos de citação, referências, apresentação de mapas, tabelas e figuras, dentre outras informações pertinentes para balizar a submissão dos produtos publicados pela revista.

É recomendado a disponibilização de um modelo (template) para cada um desses produtos. Outras informações complementares também são importantes para a avaliação dos periódicos, atendendo a certos critérios que são relevantes para a avaliação pelos indexadores.



INDEXADORES

Os indexadores são plataformas digitais que recolhem métricas e disponibilizam informações importantes sobre os periódicos e os conteúdos neles publicados. Dessa maneira, o periódico indexado poderá ter mais capilaridade no meio acadêmico, além de constituir uma forma de atestar sua qualidade, estando ele indexado a uma plataforma exigente e reconhecida.

De acordo com a Editora da UEG (2021):

Os indexadores são ferramentas importantíssimas para elevar a avaliação de um periódico. Todas as avaliações do Qualis Capes levam em conta os indexadores em que aquela revista está cadastrada, como é apontado em muitos documentos de área. Infelizmente os maiores e melhores indexadores têm um alto grau de exigência, como o Scopus, Scielo e Web of Science, e alguns deles são inclusive pagos. Mas há muitas opções de indexadores de qualidade gratuitos que permitem a periódicos em fase inicial dar uma alavancada na avaliação.

O indexador possui uma importante função de referendar e divulgar os periódicos que implementam práticas de gestão lisas e transparentes, conforme critérios previamente estabelecidos por cada indexador, pois muitos deles possuem exigências comuns para inserção dos periódicos em suas bases. Entretanto, alguns são mais rigorosos, apresentando outros tipos de exigência como o atendimento concernente aos índices de alto número de artigos publicados por ano, citações e diversidade geográfica de autores e editores, atestando a internacionalização do periódico.

O indexador ideal para o periódico depende do planejamento, tanto de pessoais como recursos financeiros e serviços disponíveis, bem como da área acadêmico-científica na qual o

periódico se propõe a ser indexado. Assim, é importante que o editor-chefe, juntamente ao comitê editorial ou conselho editorial, caso a revista possua, definam a quais indexadores a revista deseja estar vinculada e buscar estruturar o periódico para atender aos critérios exigidos pelos indexadores escolhidos.

Segue, abaixo, links de acesso aos sítios de alguns indexadores mais acessíveis:

<https://sumarios.org/> - Sumários

<https://www.latindex.org/latindex/formReg> - Latindex

<http://oaji.net/apply-for-evaluation-free-service.html> - Oaji.net

<http://diadorim.ibict.br/submit> - Diadorim

<https://dialnet.unirioja.es/info/ayuda/seredi> - Dialnet (Obs. É Pré-requisito estar indexada ao Latindex);

<https://redib.org/?lng=pt-br> - Redib

<https://dbh.nsd.uib.no/publiseringskanaler/erihplus/> - Erih Plus, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences;

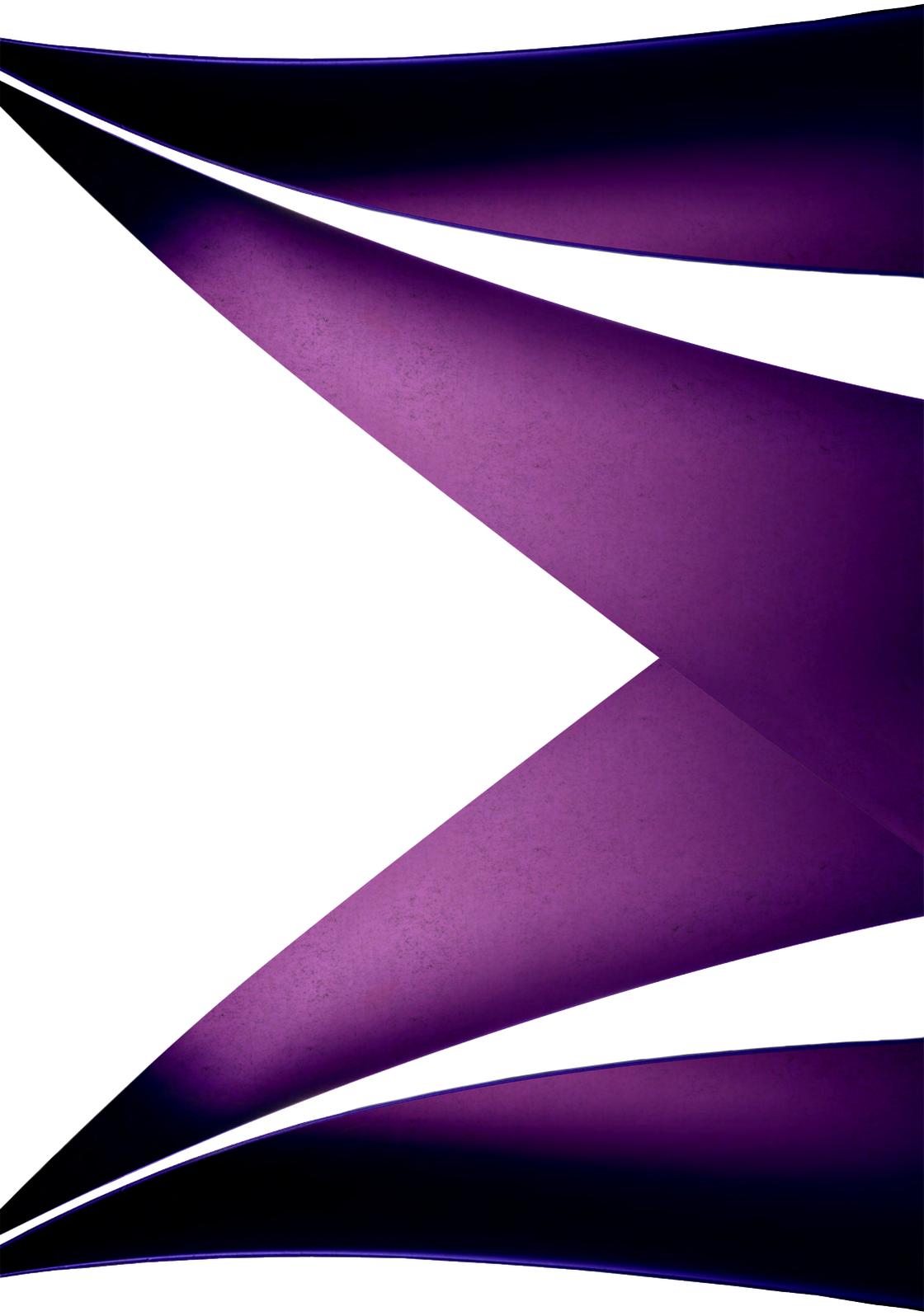
Outros indexadores são mais exigentes, porém, conferem maior visibilidade e internacionalização aos periódicos, tais como:

<https://www.scielo.org/> Scielo

<https://clarivate.com/webofsciencegroup/solutions/web-of-science/> - Web of Science

<https://www.scopus.com/home.uri?zone=header&origin=> - Scopus

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/> - Pubmed





INSTÂNCIAS ORGANIZACIONAIS IMPORTANTES

Comitê de política editorial ou Comitê Editorial – Formado pelo editor-chefe, editor-executivo e pelos editores associados ou editores de seção. Este comitê é responsável por planejar e gerir o periódico, atentando quais indexadores deseja galgar e quais as estratégias de médio e longo prazo para o desenvolvimento do periódico. Visando uma otimização da avaliação, recomenda-se buscar a diversidade institucional e geográfica dos editores e que eles possuam título de doutor.

Comissão científica ou avaliadores ad hoc – Lista de avaliadores aptos a produzirem pareceres sobre os manuscritos submetidos. As recomendações sugeridas em relação à composição do Comitê Editorial também se aplicam a esta comissão.



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA BOAS PRÁTICAS DE PUBLICAÇÃO

Transparência – A utilização de um sistema de gerenciamento eletrônico para o processo editorial assegura sua padronização, uniformidade, agilidade, transparência e rastreabilidade. As revistas acadêmicas brasileiras possuem acesso gratuito ao Open Journal System – OJS, que é um sistema de gerenciamento de periódicos científicos eletrônicos amplamente difundido e aberto.

Alguns aspectos que contribuem para conferir transparência ao processo editorial do periódico incluem:

1) A inserção de todas as etapas na página inicial de cada artigo (datas de recebimento, reformulação, aceitação e disponibilização no site);

2) Definição clara dos requisitos e processos de avaliação do artigo e dos papéis/responsabilidades do editor-geral e dos editores associados (se houver), dos integrantes do Corpo Editorial Científico, incluindo prazos de mandato e possibilidade de recondução se a revista assim entender.

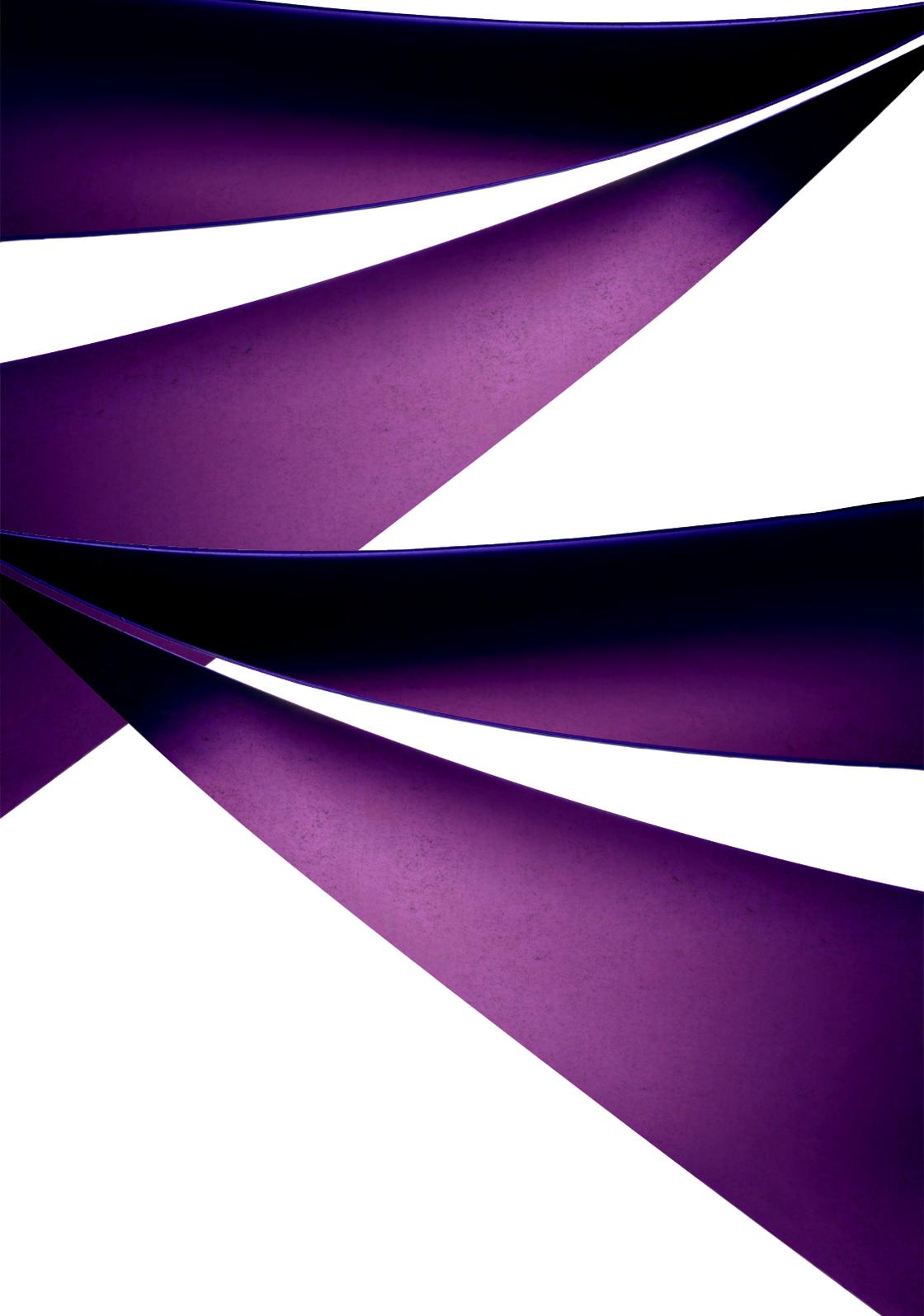
A falta de guias e tutoriais para autores e avaliadores é um problema recorrente de falta de transparência que acaba por prejudicar o próprio fluxo editorial.

Agilidade – Editores, revisores e autores devem evitar os atrasos no envio de manuscritos, avaliações e correções. Recomenda-se que se coloque até 30 dias para comunicar aos autores se o artigo foi enviado para avaliação e até 120 dias para encaminhamento aos autores do primeiro parecer de cada um dos revisores.

Estabilidade da comissão editorial – mudanças constantes na comissão editorial são indesejáveis no processo de avaliação;

Endogenia – A publicação por autores da própria instituição, ou de membros de comissão editorial é prejudicial ao processo de avaliação do periódico. Deve-se evitar ao máximo a participação de editores como autores ou coautores dos artigos publicados pela revista. Além disso, é importante estabelecer uma percentagem aceitável de, no máximo, 30% dos autores pertencentes a instituição a cujo periódico está vinculado.

Atualização – Recomenda-se que, nas regras de submissão, seja estabelecida uma proporção mínima de artigos publicados em periódicos nos últimos 5 anos. Considera-se 60% uma proporção razoável.





COMO QUALIFICAR UM PERIÓDICO?

Qualificar um periódico, em especial aqueles recém-criados, é resultado de contínuas ações que visem a aumentar o reconhecimento do periódico perante os pesquisadores que fazem parte do campo acadêmico-científico a cuja revista se dedica.

Planos de divulgação de artigos e chamadas para publicação de dossiês tem tido bons resultados. Contudo, quando pensamos que há centenas de indexadores que podem ser empregados para avaliar a qualidade dos periódicos, apesar de importantes ressalvas, conseguir indexação em uma base qualificada pode ser um divisor de águas na história da revista. Assim, aqui se recomenda passos para qualificação, baseado na observação dos critérios de indexadores considerados como objetivos da revista:

– **Seleção de indexadores apropriados:** Durante o planejamento do periódico, uma das primeiras decisões que a equipe editorial deve tomar é a escolha do(s) indexador(es) mais adequado(s). Para tomar essa decisão, é essencial considerar tanto os **recursos humanos e materiais disponíveis** quanto a viabilidade de atender às exigências dos indexadores em um **prazo razoável**. A escolha deve ser estratégica, buscando indexadores cujos critérios possam ser atendidos de maneira prática e eficiente, sem comprometer a qualidade e a agilidade do processo editorial.

– **Análise detalhada dos critérios do indexador:** Nesta fase, é fundamental realizar uma análise profunda dos requisitos exigidos pelos indexadores escolhidos, categorizando-os de acordo com sua **relevância** e impacto no fluxo editorial do periódico. É importante ponderar se mudanças significativas nos processos e nas etapas do fluxo editorial são realmente

necessárias para atender a essas exigências. Alterações substanciais no fluxo podem gerar custos adicionais e implicar em ajustes que comprometam a **eficiência operacional** do periódico, o que deve ser cuidadosamente avaliado.

– **Revisão crítica das informações institucionais e editoriais:** A revisão das informações disponíveis no site do periódico deve ser feita com atenção redobrada, considerando as exigências de **transparência** e **qualidade** que o indexador exige. A revista será avaliada tanto pela qualidade dos **artigos** publicados quanto pela **organização e clareza** das informações institucionais e editoriais apresentadas em sua página. Esse processo pode exigir mudanças no **layout** e até mesmo no **template** do site, com a finalidade de otimizar a **acessibilidade** e **visibilidade** das informações e garantir que estejam em conformidade com as normas dos indexadores.

– **Atualização de conteúdos e adequação aos critérios:** É essencial reescrever ou adaptar os conteúdos institucionais do periódico para garantir que atendam aos critérios dos indexadores, sem perder a clareza e a **coerência** nas informações fornecidas. A criação de um **roteiro de revisão** pode facilitar esse processo, identificando de maneira sistemática os **questos obrigatórios** que precisam ser descritos ou atualizados. Isso assegura que todas as exigências sejam cumpridas e que a revista se mantenha em conformidade com os **padrões exigidos**.

– **Submissão para avaliação do indexador:** A submissão do periódico a um indexador deve ser realizada somente após a certeza de que todos os **critérios** foram atendidos de forma **rigorosa**. Caso contrário, o periódico pode ser submetido a um **embargo**, que pode durar até quatro meses, período em que a revista ficará impedida de ser indexada até que os requisitos sejam adequadamente cumpridos. A preparação prévia e o

cumprimento integral das exigências são cruciais para evitar atrasos no processo e garantir a aceitação do periódico pelos **principais indexadores científicos**.



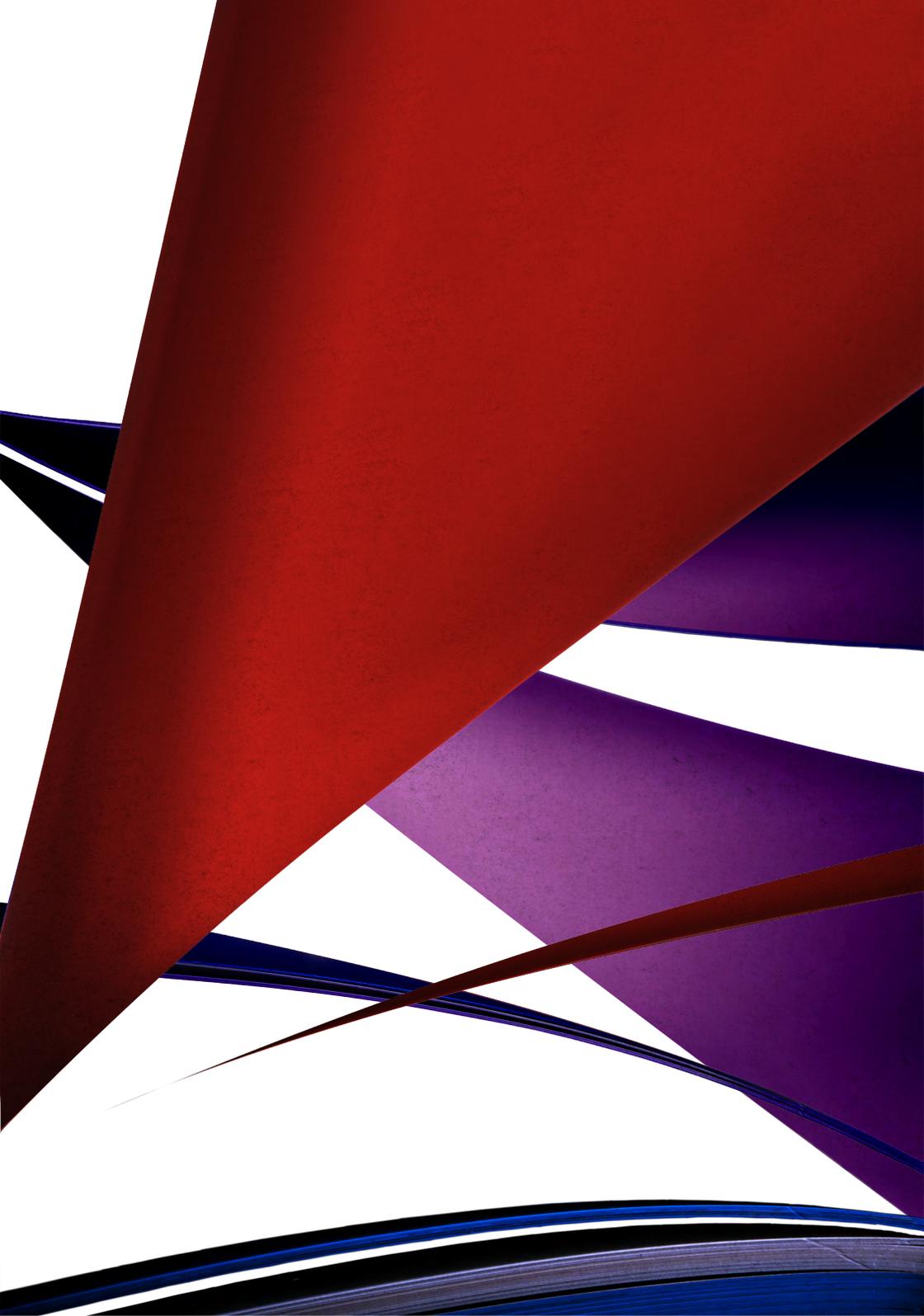
CONSIDERAÇÕES FINAIS

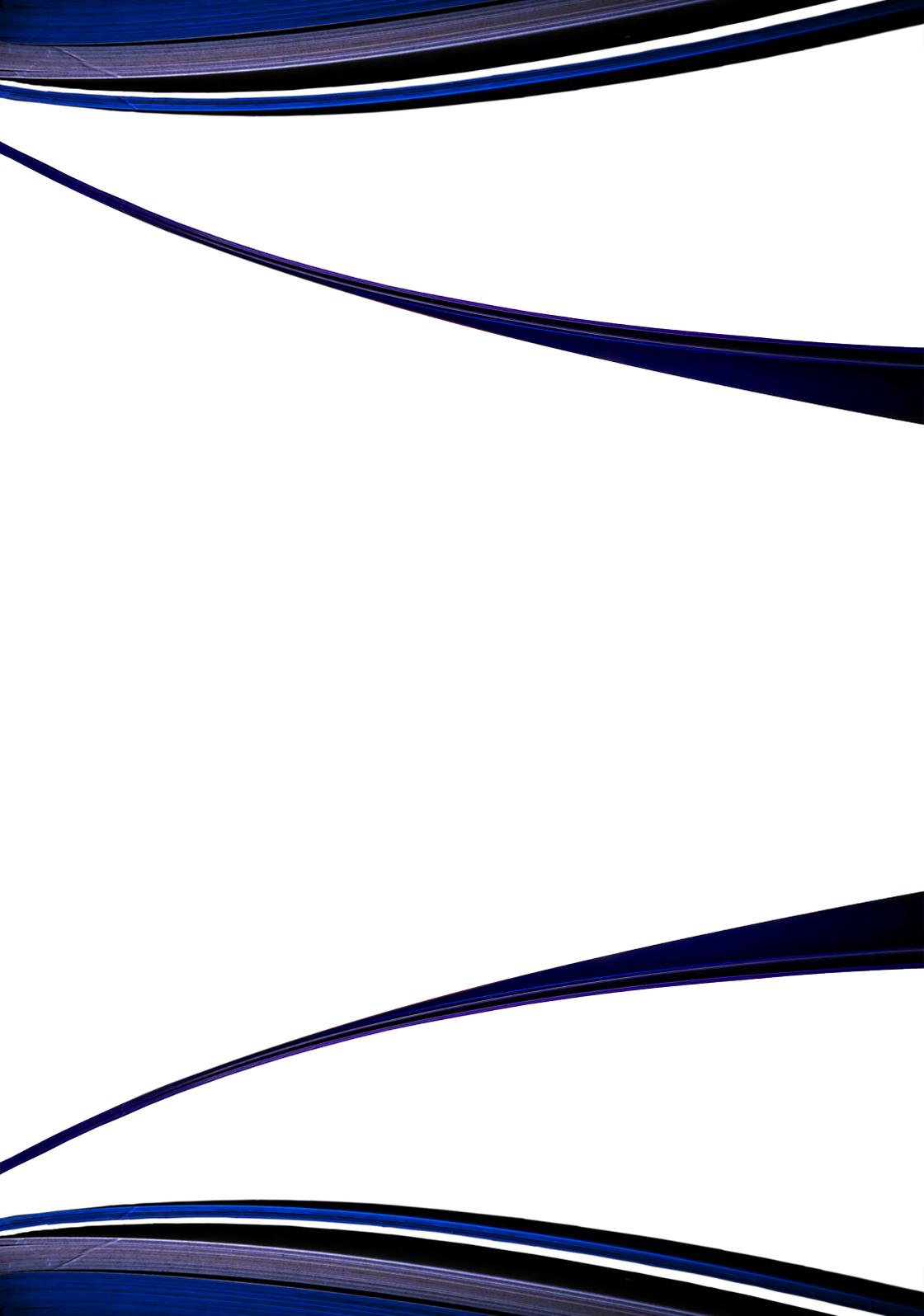
Um **processo editorial bem estruturado** e executado de forma eficaz é essencial para garantir a **qualidade e a credibilidade** dos periódicos científicos. A execução cuidadosa e sistemática das atividades editoriais, envolvendo todos os membros do corpo editorial, deve seguir rigorosamente as **boas práticas de editoração**, que não apenas asseguram a integridade científica, mas também elevam a **visibilidade** e o **impacto** da revista. Nesse sentido, este manual se configura como uma ferramenta fundamental para orientar essas práticas, oferecendo diretrizes claras para **qualificar o periódico**, facilitando sua **indexação em bases de dados** e promovendo sua ascensão a **extratos superiores no Qualis**, um dos indicadores mais importantes de excelência científica no Brasil.

O objetivo deste guia é, portanto, proporcionar aos editores informações essenciais sobre as etapas do processo editorial, contribuindo para a construção de revistas científicas mais **robustas e confiáveis**. No entanto, é importante destacar que este manual não se esgota em si mesmo, e é fundamental que os editores busquem constantemente **novos conhecimentos e materiais complementares**. O campo da **divulgação científica** está em constante evolução, e a atualização contínua sobre as melhores práticas editoriais, novos critérios de indexação e tendências na publicação científica é imprescindível para garantir o sucesso e a **relevância** das revistas.

Portanto, ao adotar boas práticas e seguir as orientações deste manual, os periódicos não apenas consolidam sua **credibilidade científica**, mas também contribuem significativamente para o avanço do conhecimento, a democratização do acesso à

informação científica e o fortalecimento da **pesquisa** no cenário acadêmico. O compromisso com a qualidade editorial, aliado à constante busca por **melhoria e inovação**, representa um passo decisivo para que as revistas científicas alcancem o seu **potencial máximo**, consolidando-se como referências em suas respectivas áreas de conhecimento.





REFERÊNCIAS

DESAFIOS, Revista Interdisciplinar da Universidade Federal de Tocantins. Política de Conflito de Interesse. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/conflito> . Acesso em 22 de dezembro de 2021.

FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Código de Boas Práticas Científicas. São Paulo: FAPESP, 2014.

MELO, A. C. et al. Dear reviewer: double blind, blind or open review? Rev Bras Farm Hosp Serv Saude. 10 (1) 2019, p. 1-2.

PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT, PKP. Uma Introdução ao Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas SEER/OJS de Editoração de Revistas SEER/OJS Versão 2.1. Versão 2.1.1. Disponível em: https://pkp.sfu.ca/files/ojs_em_uma_hora.pdf. Acessado em: 22 de dezembro de 2021.

REGO, S. PALACIOS, M. Conflitos de interesse e a produção científica. Editorial. Rev. bras. educ. med. 32 (3), 2008. <https://doi.org/10.1590/S010055022008000300001>

REVISTA CADERNOS DE SAÚDE. Sobre a revista: apresentação. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/sobre-o-csp/apresentacao>. Acesso em: 13 de novembro de 2021.

REVISTA MERCATOR. Sobre a revista. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/about>. Acesso em: 13 de novembro de 2021.
UEGO, Universidade Estadual de Goiás. Sugestão de Indexadores. Disponível em: <https://ueg.br/editora/referencia/10806>. Acesso em: 22 de dezembro de 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 22 de 2017,

CONSEPE. Cria e aprova o Regulamento do Programa de Periódicos Eletrônicos da Universidade do Estado do Rio Grande

do Norte. Disponível em: https://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-pesquisa/arquivos/0066resolucao_no_2017_22_consepe_cria_e_aprova_o_regulamento_do_programa_de_periodicos_eletronicos_da_uern.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2021.